

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RODRIGO AUGUSTO DE SIQUEIRA SOUZA

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM UM  
EMPREENDIMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – PCH BOA VISTA 2

CURITIBA

2020

RODRIGO AUGUSTO DE SIQUEIRA SOUZA

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM UM  
EMPREENHIMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – PCH BOA VISTA 2

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Ambiental.

Orientadora: Prof. M.Sc. Valéria Macedo

CURITIBA

2020

## **Análise da Execução do Plano de Assistência Social em um empreendimento de geração de energia elétrica – PCH Boa Vista 2**

Rodrigo Augusto de Siqueira Souza

### **RESUMO**

A eletricidade é fundamental para o desenvolvimento de muitas atividades humanas. A implantação de empreendimentos hidrelétricos é importante para a matriz energética brasileira, porém promove vários impactos relacionados as suas fases de implantação e operação. Entre tantos, pode-se dizer que o impacto social decorrente desses empreendimentos é alvo de questionamentos e discussões por parte de vários atores, como empreendedores, órgãos públicos e sociedade em geral. Contudo, esse impacto pode ser minimizado e amenizado na medida em que atuações no âmbito da Assistência Psicossocial previstas em Plano de Assistência Social são colocados em prática junto aos moradores das áreas afetadas por empreendimentos hidrelétricos. O presente trabalho tem o objetivo de analisar as ações e metodologia que foram adotadas para contribuir para a redução do impacto social com a chegada da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Boa vista 2, localizada no município de Varginha/MG. De acordo com resultados positivos observados e ações desenvolvidas com a implantação do Plano de Assistência Social, pode-se observar o atendimento das exigências legais no que tange aos impactos psicossociais advindos da implantação do empreendimento.

Palavras-chave: Plano de Assistência Social, Pequena Central Hidrelétrica – PCH, Licenciamento Ambiental, Energia, Assistência Psicossocial

### **ABSTRACT**

Electricity is essential for the development of many human activities. The implementation of hydroelectric projects is important for the Brazilian energy matrix, but it causes several impacts such as its implementation and operation phases. Among so many, it can be said that the social impact resulting from these ventures is the target of questions and discussions by various actors, such as entrepreneurs, public agencies and society in general. However, this impact can be minimized and mitigated to the extent that actions within the scope of Psychosocial Forecast Assistance in a Social Assistance Plan are considered in practice with residents of areas affected by hydroelectric projects. The present work aims to analyze the actions and methodology that were adopted to contribute to the reduction of the social impact with the arrival of the Boa Vista 2 Small Hydroelectric Power Plant (PCH), located in the municipality of Varginha / MG. According to the positive results observed and the actions developed with the implementation of the Social Assistance Plan, it is possible to observe the compliance with legal requirements regarding the psychosocial impacts arising from the implementation of the enterprise.

Keywords: Social Assistance Plan, Small Hydroelectric Power Plant - PCH, Environmental Licensing, Energy, Psychosocial Assistance

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	<b>5</b>
2.1 OBJETIVO GERAL .....	5
2.2 OBJETIVO ESPECÍFICO .....	5
<b>3 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL</b> .....	<b>6</b>
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	<b>7</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....	7
4.2 OBTENÇÃO E ANÁLISE DE DADOS .....	2
<b>5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>2</b>
5.1 EXECUÇÃO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	3
5.1.1 Implantação de Posto de Atendimento Social .....	3
5.1.2 Comportamento da equipe do Posto de Atendimento Social .....	4
5.1.3 Atividades da equipe do Posto de Atendimento Social .....	5
5.2 INDENIZAÇÃO E REASSENTAMENTO .....	8
5.2.1 Análises de casos .....	9
5.2.2 Negociação Direta de Propriedades .....	11
5.2.3 Estudos de Caso .....	11
5.2.4 Indenização, Benefício Social e outros .....	12
5.3 DEPOIMENTOS DE ATINGIDOS .....	15
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>17</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>18</b>
<b>GLOSSÁRIO</b> .....	<b>19</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A eletricidade é um fator indispensável para qualquer atividade humana e econômica. Dela depende a indústria, conservação e produção de alimentos, iluminação residencial e pública, funcionamento de laboratórios, instituições de ensino e pesquisa, hospitais, uso na agricultura e pecuária. Em geral, todo equipamento urbano ou rural depende da energia elétrica, que é um insumo chave para o desenvolvimento e componente relevante da competitividade de qualquer economia. O potencial técnico de aproveitamento de energia hidráulica do Brasil está entre os cinco maiores do mundo e é estimado em cerca de 260GW (ANEEL, 2005).

Na construção de barragens como as usinas hidrelétricas, o processo acarreta pesados impactos ao meio ambiente e às populações (meio social) que habitam a região do projeto. No caso das PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas, numa escala menor, mas o que não significa que sejam menos importantes e que não necessitam de um monitoramento e de um estudo de impacto ambiental e social coerente com as normas estabelecidas pela legislação e pelos órgãos ambientais competentes (VAINER, 2008).

As PCHs são instalações que resultam em menores impactos socioambientais e se prestam à geração descentralizada de energia elétrica. Este tipo de hidrelétrica é utilizado em rios de pequeno e médio porte que possuam desníveis durante seu percurso, gerando potência hidráulica suficiente para movimentar turbinas (ANEEL, 2005).

Os impactos socioambientais estão associados às unidades físicas, biológicas e socioeconômicas da área do empreendimento. Na implantação de usinas hidrelétricas os principais impactos associados estão relacionados aos itens: inundação de áreas agricultáveis; perda de vegetação e da fauna terrestres; interferência na migração dos peixes; mudanças hidrológicas a jusante da represa; alterações na fauna do rio; interferências no transporte de sedimentos; aumento da distribuição geográfica de doenças de veiculação hídrica; perdas de heranças históricas e culturais, alterações em atividades econômicas e usos tradicionais da terra; problemas de saúde pública, devido à deterioração ambiental; perda da biodiversidade, terrestre e aquática, e; efeitos sociais por realocação.

Impactos positivos também podem ser observados com a implantação de um empreendimento hidrelétrico, como: produção de energia: hidroeletricidade; retenção

de água regionalmente; aumento do potencial de água potável e de recursos hídricos reservados; criação de possibilidades de recreação e turismo; aumento do potencial de irrigação; aumento e melhoria da navegação e transporte; aumento da produção de peixes e da possibilidade de aquicultura; regulação do fluxo e inundações; aumento das possibilidades de trabalho para a população local.

Entre vários impactos decorrentes da implantação de uma usina hidrelétrica, de pequeno ou grande porte, o impacto social é alvo de discussões entre empreendedores, órgãos públicos e sociedade em geral.

Para a implantação de barragem para geração de energia elétrica no Estado de Minas Gerais, o empreendedor é obrigado a apresentar um Plano de Assistência Social - PAS que deve ser analisado e aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS (OLIVEIRA FILHO, 2010).

Dessa maneira o CEAS acompanha e fiscaliza junto aos Conselhos Municipais de Assistência Social – CMAS as medidas e ações no âmbito de Assistência Psicossocial previstas em Plano de Assistência Social do empreendimento.

Importante mencionar que o CEAS emite pareceres periódicos para apresentação nas 3 fases do processo de licenciamento ambiental (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação) de empreendimentos com barragem para gerar energia, tornando-se assim um importante órgão interveniente no estado de Minas Gerais.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

O objetivo é analisar a execução do Plano de Assistência Social utilizado na implantação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Boa vista 2, localizada no município de Varginha, Estado de Minas Gerais.

### **2.2 OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Descrever a metodologia utilizada na implantação do Plano de Assistência Social.

- Apresentar os resultados das ações previstas na execução do Plano de Assistência Social.

### **3 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

No parágrafo único do art. 194 da Constituição Estadual de Minas Gerais, de 1989, prevê-se que o Estado promoverá plano de assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios. Com o objetivo de regulamentar esse artigo, em 1997, foi proposto o Projeto de Lei nº 1.089, de 1997. Após sua aprovação pelo Poder Legislativo, em 26 de janeiro de 1998, o projeto foi vetado em sua integralidade pelo governador, porém a Assembleia Legislativa derrubou o veto, e em 28 de abril, era promulgada a Lei Estadual nº 12.812, de 1998.

Com a promulgação, a referida lei apresentou um marco diferencial do Estado de Minas Gerais em relação à forma de tratar os impactos sociais dos empreendimentos hidrelétricos. A lei prevê que o empreendedor do barramento elaborará um Plano de Assistência Social (art. 6º), contendo o cadastramento de todos os atingidos; o levantamento das áreas de propriedades atingidas, com suas benfeitorias; a garantia de reposição dos bens expropriados em espécie ou em bens equivalentes; e o reassentamento, por opção dos atingidos. Conforme dispõe a lei (inciso IV do art. 6º), esse reassentamento deve ser realizado, preferencialmente, no município ou na região do empreendimento, e escolhida com a participação de comissão representativa dos atingidos (OLIVEIRA FILHO, 2010).

O ponto garantidor da efetividade do Plano de Assistência Social - PAS fica a cargo do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS. A aprovação do projeto do PAS, pelo CEAS, é condição para a aprovação da Licença Ambiental de Instalação – LI pelo órgão ambiental competente.

Compete também ao CEAS fiscalizar o cumprimento do PAS (art. 3º, inciso V), no que foi adotada a estratégia de descentralização do monitoramento por meio dos Conselhos Municipais de Assistência Social – CMAS (OLIVEIRA FILHO, 2010).

Por fim, para concessão da Licença Ambiental de Operação - LO, o empreendedor deve antes comprovar ao CEAS o cumprimento das atividades propostas no PAS.

Abaixo segue relação de legislação pertinente aplicável no desenvolvimento e implantação da PCH Boa Vista 2:

**Resolução CEAS Nº 498/2014** - Plano de Assistência Social para a população da área inundada por reservatório – PAS BARRAGEM.

**Resolução CEAS Nº 557/2015** - Aprova o Plano de Assistência Social da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Boa Vista 2.

**Resolução CEAS Nº 626/2018** - Dispõe sobre a aprovação do Relatório Final de Implantação do Plano de Assistência Social – PAS.

**Resolução CEAS Nº 659/2019** - Dispõe sobre encerramento das atividades do Posto de Atendimento Social da PCH Boa Vista 2.

## **4 METODOLOGIA**

### **4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO**

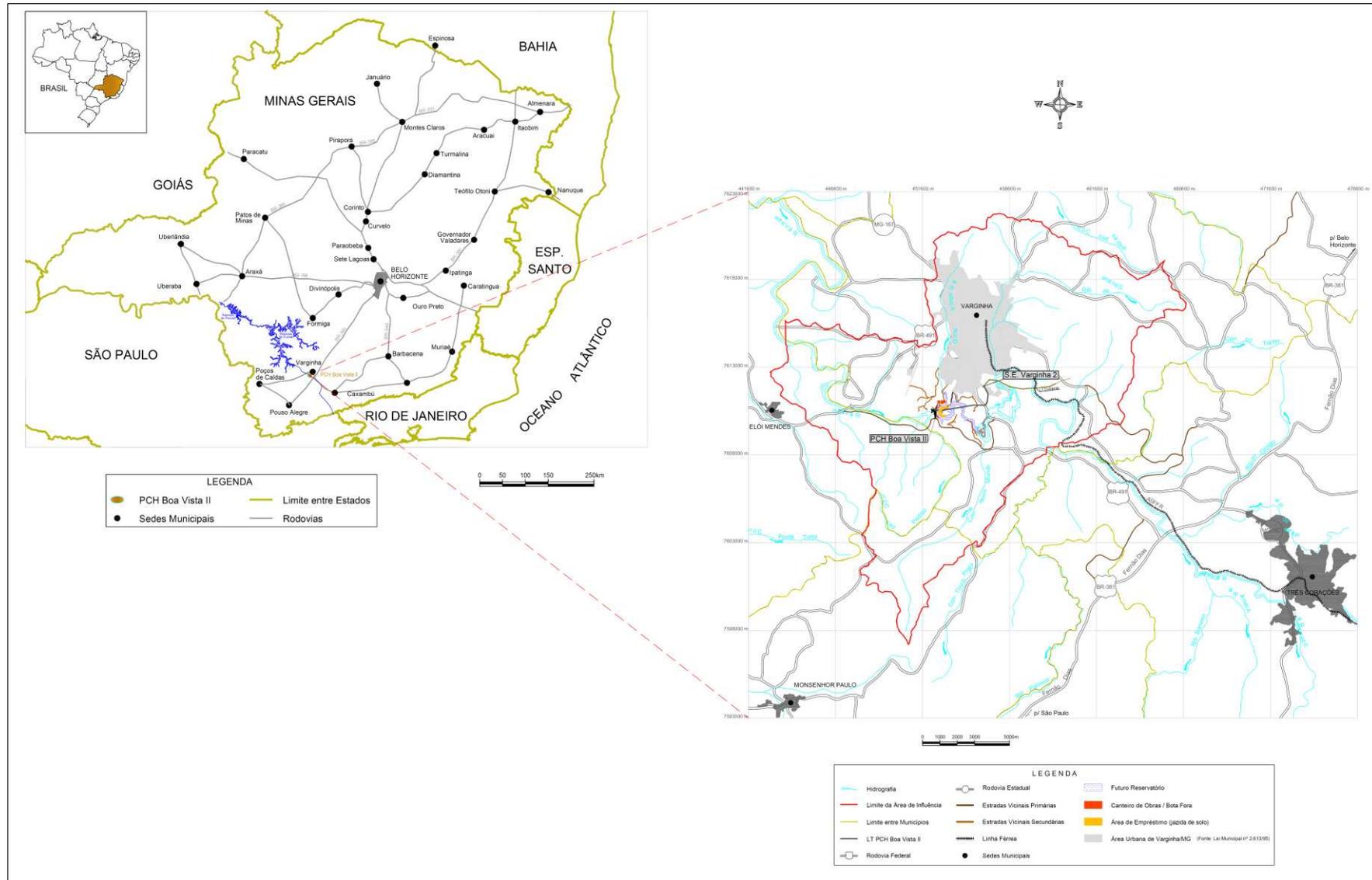
A Pequena Central Hidrelétrica - PCH Boa Vista 2 é um projeto em operação para geração de energia renovável a partir da fonte hídrica, ou seja, utiliza a força da água para geração de eletricidade. O objetivo é fornecer energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional – SIN, contribuindo assim com as demandas elétricas do país.

A PCH Boa Vista 2 está instalada no rio Verde, afluente da margem direita do rio Sapucaí que desemboca no reservatório da UHE de Furnas, no município de Varginha, no Sul do Estado de Minas Gerais. O período de implantação do empreendimento foi de fevereiro de 2017 à setembro de 2018.

O acesso até a PCH é realizado, a partir de Belo Horizonte, pela rodovia federal BR-381 até o trevo da cidade de Três Corações/MG, tendo que ser percorrido cerca de 280 km. A partir deste ponto tem-se 21 km até Varginha/MG, por meio da rodovia BR-491, e, desta cidade, mais 3 km até a margem direita do rio Verde.

O eixo de barramento, posiciona-se nas coordenadas geográficas 21°36'32"S (latitude) e 45°27'38"O (longitude), sendo a potência instalada de 29,9 MW. Estruturalmente a PCH Boa Vista 2 é constituída por barramento de solo compactado e estruturas de concreto armado (vertedouro e tomada d' água), com 430 metros de extensão total e a altura máxima projetada de 24 metros, criando um reservatório com área de 1,12 km<sup>2</sup>, com 3.400 metros de comprimento e 14,5 km de perímetro e entrou em operação comercial em outubro de 2018. A Figura 1 traz um mapa de localização da PCH Boa Vista 2.

Figura 1 – Mapa de localização da PCH Boa Vista 2.



FONTE: Estudo de Impacto Ambiental - EIA da PCH Boa Vista 2 (2012).

## 4.2 OBTENÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

O estudo do presente trabalho se deu por meio de leitura e análise do Plano de Assistência Social da PCH Boa Vista 2, assim como relatórios periódicos de acompanhamento, relatório conclusivo das ações psicossociais realizadas e relatório avaliativo 6 meses após o início da geração de energia.

Tais documentos e relatórios permitiram realizar uma avaliação se a metodologia aplicada na configuração do Plano de Assistência Social atendeu de maneira satisfatória os requisitos legais sociais pertinente, assim como a necessidade de melhorias necessárias para a execução do Plano de Assistência Social.

## 5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

No ano de 2015 o empreendedor da PCH Boa Vista 2 apresentou o Plano de Assistência Social ao Conselho Estadual de Assistência Social e, após análise, foi aprovado com a publicação da Resolução CEAS Nº 557/2015.

O Plano de Assistência Social foi elaborado como um instrumento de planejamento e de gestão e teve por finalidade organizar, regular, nortear, monitorar e avaliar a execução das ações de proteção social voltadas para a garantia de direitos e condições dignas de vida à população direta e indiretamente atingida, em razão da implantação da PCH Boa Vista 2.

Previa atuação de profissionais no âmbito psicossocial, com escuta e olhar diferenciado à formação familiar e comunitária das pessoas afetadas pelo empreendimento e trazia um cadastro socioeconômico com as características da área de interesse.

Os itens descritos abaixo trazem uma apresentação e análise referentes a fase de implantação do Plano de Assistência Social, assim como os resultados obtidos para o projeto da PCH Boa Vista 2, abordando principalmente dois itens, A Execução do Plano de Assistência Social, e Indenização e Reassentamento.

O primeiro aborda a informações sobre a Implantação do Posto de Atendimento Social, Comportamento e Atividades da Equipe do Posto de Atendimento Social, e o segundo apresenta as Análises de Casos de negociação, Negociações Diretas de Propriedades, Estudos de Casos e indenizações e Benefícios Sociais.

## 5.1 EXECUÇÃO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

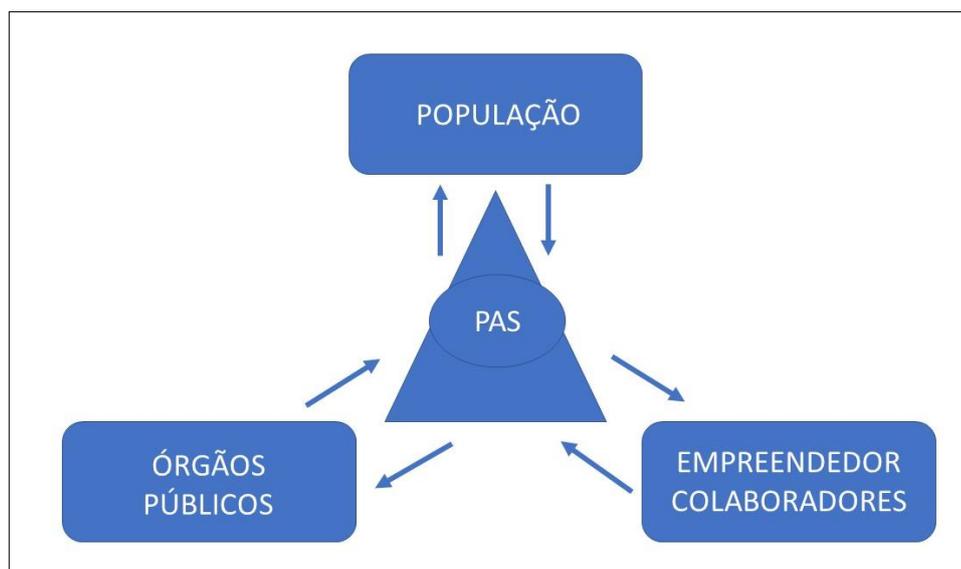
### 5.1.1 Implantação de Posto de Atendimento Social

Houve a necessidade de ser instalado em janeiro de 2017 um Posto de Atendimento Social, local de atendimento à população, direta ou indiretamente atingida pelo empreendimento, e teve como funcionalidades:

- a) Atuou como local de referência e de articulação da população com a rede de serviços socioassistenciais existentes, o poder público local e o empreendimento;
- b) Possuiu estrutura própria, independente e proporcional ao número de atingidos que foram atendidos;
- c) Apresentou localização acessível aos atingidos;
- d) Funcionou antes, durante a implantação do empreendimento e após sua conclusão por tempo determinado (6 meses), após finalização de todos casos sociais, de acordo com o parecer final do assistente social e do psicólogo; e
- e) Acompanhou a população local no processo de implantação e operação do empreendimento esclarecendo sobre suas características e programas ambientais específicos que garantiram os direitos dos atingidos.

A Figura 2 ilustra a relação do Posto de Atendimento Social (PAS) com os demais entes envolvidos.

Figura 2 - Organograma de relação do PAS entre população e demais entes envolvidos



FONTE: Arquivo Físico PAS PCH Boa Vista 2 (2018).

Assim agiu como um canal de intervenção de mão dupla, conforme mostra a Figura 2 no organograma do item acima, levando e trazendo informações.

O Posto de Atendimento Social funcionou diariamente com estrutura administrativa física e humana, tendo o corpo técnico composto de um assistente social, um psicólogo social, um comunicador social, um coordenador e uma secretária, para o atendimento da população atingida e população em geral.

### 5.1.2 Comportamento da equipe do Posto de Atendimento Social

Para a formação da equipe do Posto de Atendimento Social, levou-se em conta que ela era um elo importante entre comunidade, empreendedor, órgãos públicos e entidades de representação social. Sendo um canal de investigação e captação de demandas do núcleo da comunidade e ao mesmo tempo, um agente que leva informações fidedignas a mesma, diminuindo de forma significativa a ansiedade causada pelas informações distorcidas criada na própria comunidade.

No entanto, para um desejado sucesso na realização das atividades, foram levados em consideração as estruturas de um trabalho interdisciplinar e multiprofissional tendo em vista os vários profissionais que faziam parte da equipe, onde puderam alinhar as várias fontes do saber, em um só objetivo.

A equipe foi capacitada para construção de uma relação com a comunidade com foco nas considerações positivas do indivíduo, para tanto na sua relação diária com a comunidade foi possível estudar e criar um ambiente que pôde desenvolver tais tendências. Às vezes de forma individual ou em grupo, para isso buscou embasar seu trabalho na teoria da Psicologia Humanista, que tem como pressuposto teórico o desenvolvimento da Empatia, Aceitação Incondicional do Indivíduo e a Congruência, como fontes principais de crescimento entre as pessoas.

Nos momentos de implantação de empreendimento como este, o sentimento de “perda” é sempre presente, principalmente para os moradores de áreas atingidas. No entanto, buscou-se trabalhar dentro dos pressupostos teóricos citados, o esclarecimento para cada indivíduo afetado entre o que é real e o que é ideal, permitindo-o a expressar suas vontades e decisões, acreditando em sua “Tendência Atualizante”. Para Carl Rogers (1997), um dos percussores da Psicologia Humanista “...Tendência Atualizante é a tendência inata de cada pessoa atualizar suas capacidades e potenciais.”

Não poderia deixar de ser também importante um olhar para o sentimento de perda envolvendo as pessoas moradoras de áreas atingidas e suas famílias. Para isso, buscou embasar os trabalhos nas orientações da psiquiatra suíça Elisabeth Kubler-Ross (1926/2004), que através de um estudo sistematizado com seus pacientes em UTIs, criou as fases que considerou comum as pessoas que viviam as experiências da perda, seja como paciente ou como familiar, que foram as cinco fases do Luto: 1ª Não aceitação, 2ª Raiva, 3ª Negociação; 4ª Depressão e 5ª Aceitação. Segundo Elisabeth Kubler-Ross (2008) "...o luto acontece em nossas vidas não apenas em momentos de morte de um ente querido, mas todas as vezes que perdemos algo de relevância em nossa vida. Seja perda por separação, de uma amizade ou até perda de um objeto..."

Sendo assim, a equipe foi preparada para ouvir de forma diferenciada, dentro dos princípios humanistas, onde através de visitas, atendimento no PAS pôde detectar a fase que cada membro da família se encontrava, possibilitando levantar um diagnóstico para cada grupo familiar. Após o levantamento do estágio, foi trabalhado com cada grupo familiar a clarificação das emoções, possibilitando os envolvidos passar por todos os estágios de forma segura e tranquila, contribuindo de forma positiva para as adaptações no novo modelo de vida de cada família.

### 5.1.3 Atividades da equipe do Posto de Atendimento Social

As atividades da equipe que compunha o Posto de Atendimento Social foram executadas conforme os requisitos estabelecidos na fase de estudo, contemplando o seguinte escopo:

#### **Assistência Social:**

- a) Acompanhamento das famílias atingidas;
- b) Registro diário dos atendimentos e avaliação mensal dos dados gerados, mantendo no local prontuário atualizado dos atingidos e dos atendidos, garantindo sigilo profissional;
- c) Triagem para os atendimentos, de modo a identificar os casos e propor intervenções, objetivando minimizar os efeitos nocivos porventura provocados pelo empreendimento, fazendo os encaminhamentos necessários aos conselhos municipais ou estaduais;

- d) Interlocução com os conselhos locais e acompanhamento dos casos encaminhados;
- e) Informação e orientação à comunidade afetada pelo empreendimento;
- f) Atendimento e encaminhamento do migrante gerado pelo empreendimento;
- g) Inserção e acompanhamento dos atingidos nos projetos;
- h) Estudos e pesquisas, resguardando os direitos de participação de indivíduos e grupos envolvidos em seus trabalhos;
- i) Empenhar-se na viabilização dos direitos sociais aos atingidos, através de programas e políticas sociais; e
- j) Atualização do cadastro socioeconômico.

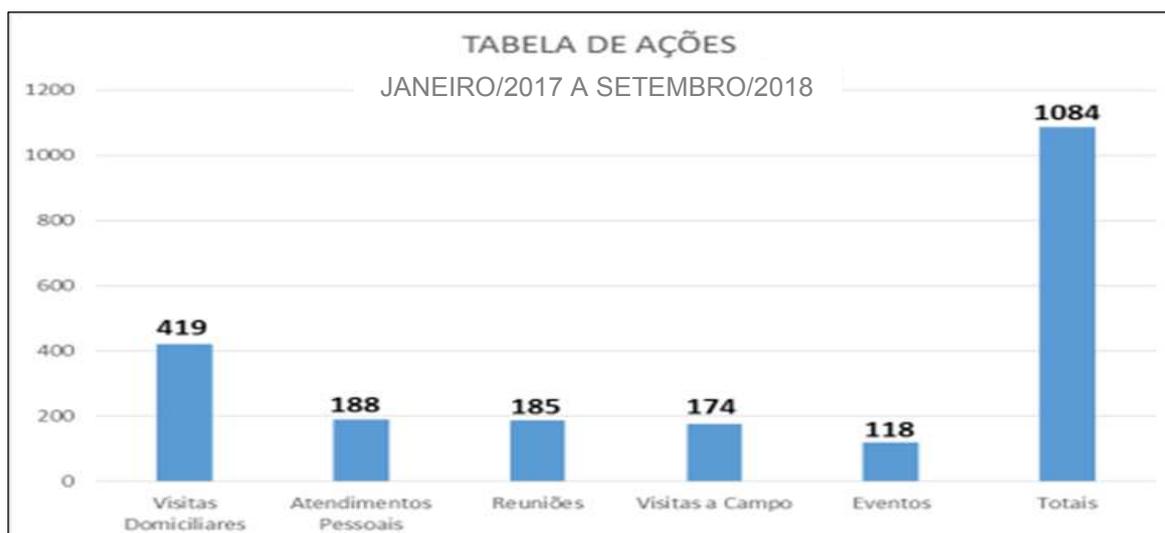
#### **Acompanhamento psicossocial:**

- a) Estudos sobre características psicossociais de grupos étnicos, religiosos, classes e segmentos sociais nas áreas do município atingido, em colaboração com a assistência social;
- b) Levantamento das consequências psicológicas geradas pelo empreendimento nos atingidos e proposição de intervenções;
- c) Avaliação e indicação de sinergia para os demais programas propostos no PBA, com ênfase nos aspectos psicológicos e efetividade técnicas de comunicação utilizadas; e
- d) Valorização da experiência subjetiva do sujeito (atingido) para fazê-lo reconhecer sua identidade, operando no campo simbólico da expressividade e da interpretação com vistas ao fortalecimento pessoal e sua inserção social.

O assistente social e o psicólogo elaboraram conjuntamente os relatórios referentes ao Posto de Assistência Social. Os registros dos atendimentos e toda a documentação sobre os atingidos foram arquivados no local durante seu funcionamento.

A Figura 3 abaixo traz as quantidades de procedimentos realizados pela equipe do Posto de atendimento Social junto a comunidade antes e durante o período da implantação da PCH Boa Vista 2.

Figura 3 - Gráfico de procedimentos realizados pelo PAS PCH Boa Vista 2 de jan./17 à set./18

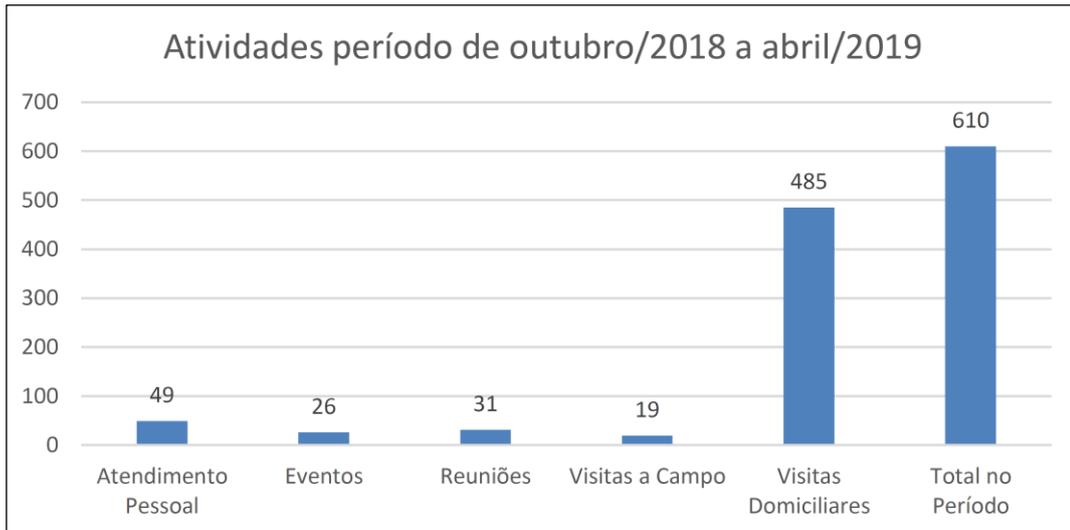


FONTE: Arquivo Físico PAS PCH Boa Vista 2 (2018).

Observa-se que do total de 1084 procedimentos realizados no período, houve grande quantidade de visitas domiciliares realizadas, seguida de atendimentos pessoais, reuniões, visitas de campo e, por fim, eventos, evidenciando forte trabalho de campo realizado pela equipe psicossocial.

Após o início da operação comercial do empreendimento, em outubro de 2018, o PAS ainda funcionou até abril de 2019 em atendimento a Resolução CEAS Nº 626/2018. As visitas domiciliares continuaram sendo as atividades mais expressivas também nesse período, conforme Figura 4, seguido de atendimento pessoal, reuniões, eventos e visitas a campo, visto acompanhamento necessário e mais próximo da população atingida na fase inicial de operação do empreendimento, totalizando 610 procedimentos no período.

Figura 4 - Gráfico de procedimentos realizados pelo PAS PCH Boa Vista 2 de out./17 à abr./19



FONTE: Arquivo Físico PAS PCH Boa Vista 2 (2019).

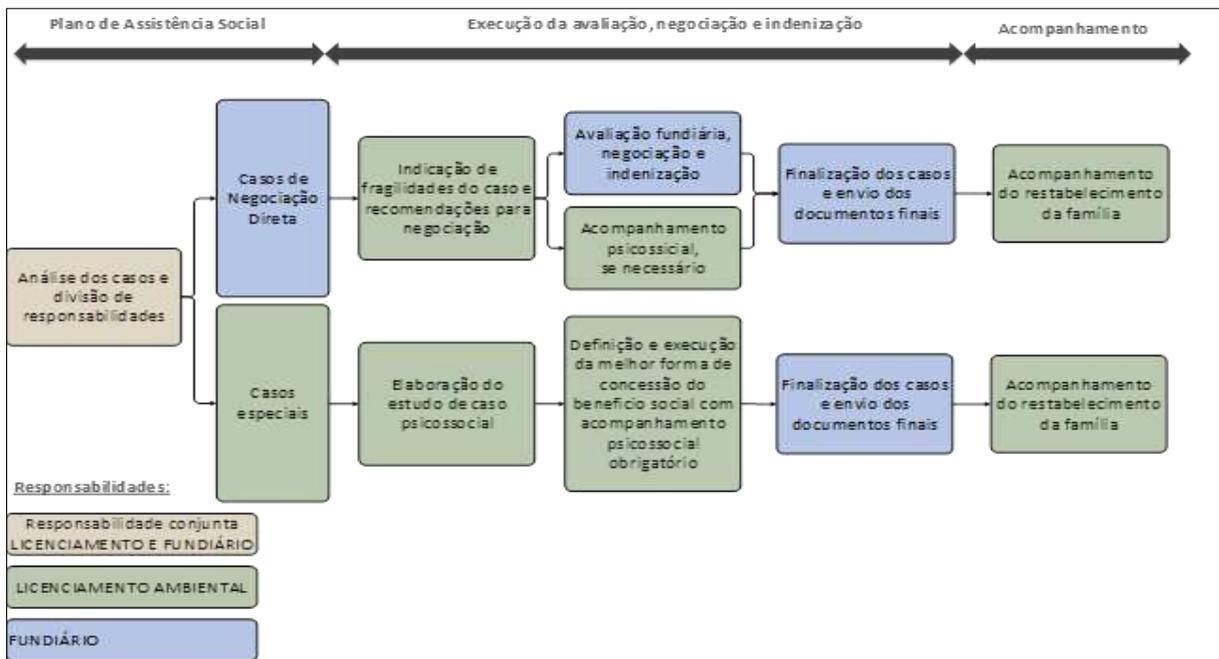
## 5.2 INDENIZAÇÃO E REASSENTAMENTO

O primeiro passo para início do processo de negociação e indenização para com a população atingida foi a definição dos responsáveis pela efetiva avaliação do caso e negociação. Para este item foram consideradas duas formas possíveis, ilustradas na Figura 5.

A Negociação Direta tratou-se da população atingida com direitos definidos sobre a propriedade que foram negociados pela área de gestão fundiária do empreendimento.

Estudos de Caso e Avaliação Social foi utilizada para os casos que não foram contemplados no item anterior, cabendo a área de licenciamento ambiental do empreendimento com apoio da equipe técnica psicossocial a elaboração dos estudos de caso e garantia de fornecimento do benefício social mais adequado à população atingida.

Figura 5 - Macroprocesso de negociação, indenização e acompanhamento dos atingidos



FONTE: Arquivo Físico PAS PCH Boa Vista 2 (2018).

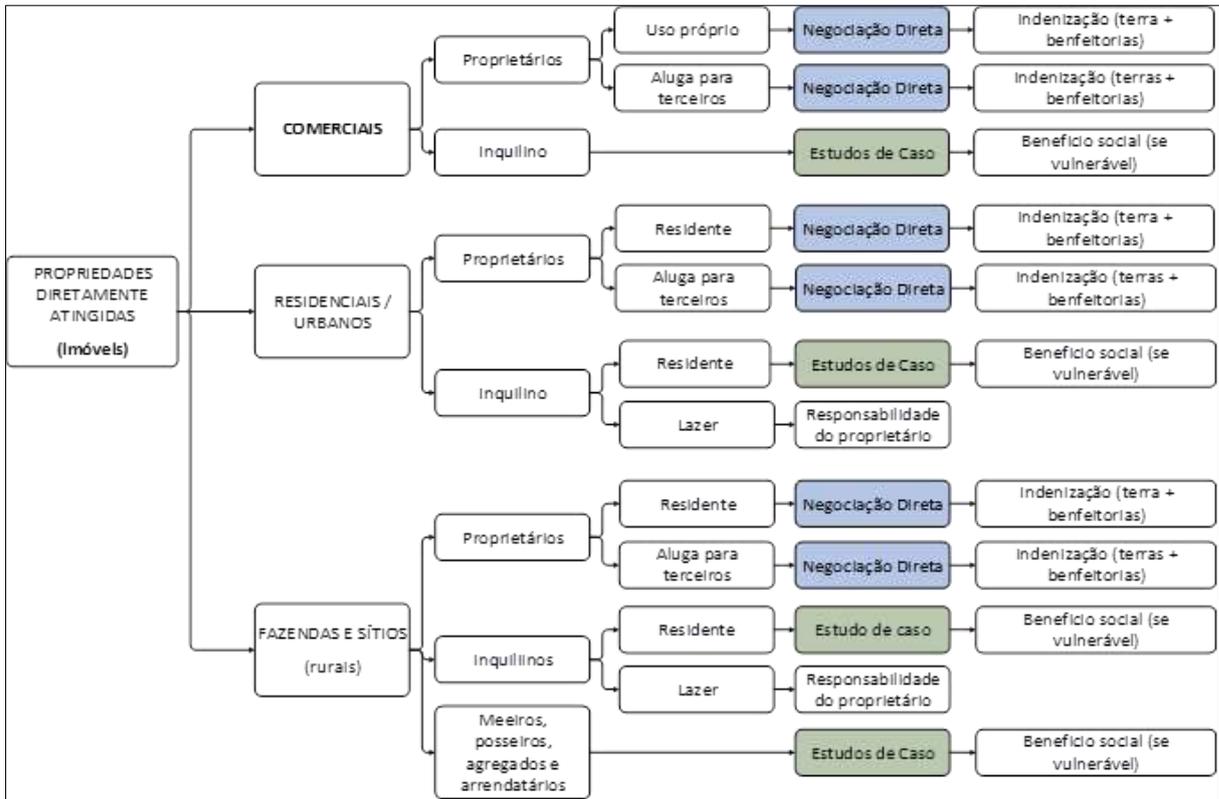
Finalizadas as negociações, para ambos os casos acima, do acompanhamento a população atingida até seu completo reestabelecimento foi de responsabilidade da equipe técnica psicossocial.

### 5.2.1 Análises de casos

Para a população que não se enquadrou na Negociação Direta foi realizado estudo de caso para avaliação psicossocial da família. A Figura 6 traz, de forma resumida, a matriz padrão dos casos que couberam a negociação direta ou os casos em que foi realizado um estudo específico para benefício social.

Observa-se que a matriz de análise de casos traz todas as possibilidades de enquadramento de tipologia de imóveis encontrados na região de implantação do projeto, estruturando e direcionando os processos de negociação, indenização e acompanhamento dos atingidos.

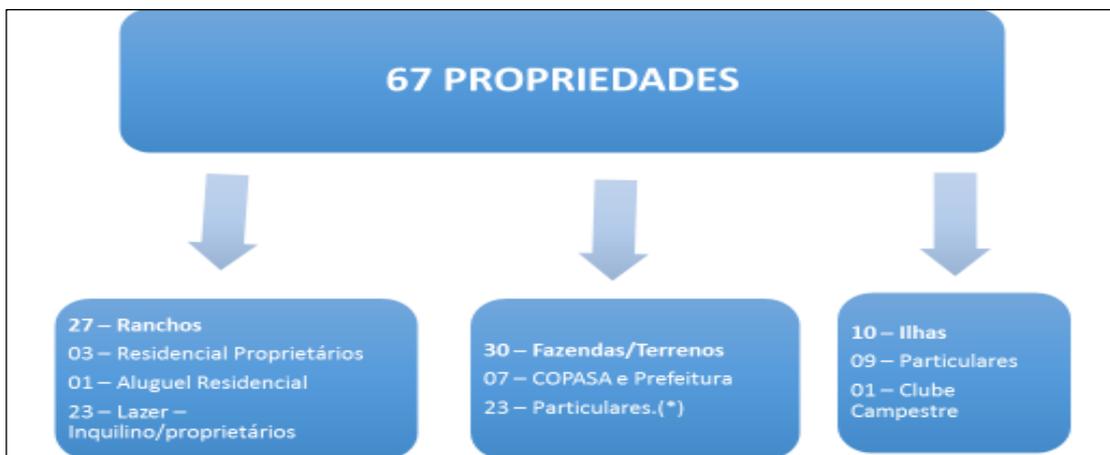
Figura 6 - Matriz de análise de casos



FONTE: Arquivo Físico PAS PCH Boa Vista 2 (2017).

A quantidade de propriedades atingidas pela instalação da PCH Boa Vista 2 foi levantada durante o cadastro e atualização do registro socioeconômico na fase de estudo e implantação do Plano de Assistência Social. A Figura 7 abaixo traz o quantitativo e tipos de propriedades levantadas.

Figura 7 - Organograma dos tipos de propriedades atingidas



FONTE: Arquivo Físico PAS PCH Boa Vista 2 (2018).

Observa-se que do total de 67 propriedades, 30 eram formadas por áreas de fazendas/terrenos (sendo 23 particulares), 27 propriedades eram utilizadas como ranchos de moradia ou lazer e, por fim, 10 eram ilhas ao longo da área de inundação formada pelo reservatório (sendo 9 particulares).

### 5.2.2 Negociação Direta de Propriedades

A negociação direta visou garantir a adoção da solução mais adequada, capaz de garantir a recomposição patrimonial e social, mantendo as características das áreas antes usadas, aperfeiçoando e recuperando os meios de subsistência e os padrões de vida das pessoas diretamente atingidas.

As primeiras visitas foram realizadas pela área de Fundiário com a presença da equipe psicossocial. Neste momento foi apresentado o empreendimento, apresentados de forma clara os direitos dos atingidos e as formas de negociação.

A partir da avaliação da primeira visita, a equipe psicossocial fez o direcionamento da família, indicando a necessidade ou não do acompanhamento nas visitas posteriores, e indicando alguma restrição de forma de indenização, se aplicável.

### 5.2.3 Estudos de Caso

A equipe psicossocial realizou levantamentos de dados através do Cadastro Socioeconômico atualizado, visitas domiciliares, escuta técnica e avalia a situação socioeconômica e psicológica da família. Caso tivesse a possibilidade dela se encontrar em vulnerabilidade social, a equipe realizava Estudo de Caso para garantir uma reestruturação familiar através de ações que garantissem o sustento, reorganização e o conforto da família até a sua estabilidade.

Para elaboração dos estudos de caso foram avaliados, minimamente, os seguintes aspectos: a) Situação econômica do atingido; b) Possibilidades de perda ou redução de fontes de ocupação, renda ou meios de sustento; c) Condições de trabalho (empregado ou não); d) Grau de instrução; e) Situação física da casa (o ambiente em que vive); f) Possibilidades de perda ou restrição de acesso a recursos necessários à reprodução do modo de vida; g) Ruptura de circuitos econômicos; e h) Questões psicológicas: Nível de capacidade para reconfiguração do modo de vida; Condições

cognitivas para um bom entendimento do processo; Nível da Inteligência Emocional para tomada de decisão; Nível de flexibilidade (aceitação de mudanças); Nível mínimo de capacidade para gerir questões financeiras; e avaliação de dependência química (se aplicável).

Após análises da equipe psicossocial foi verificado a necessidade de realizar o estudo de caso de 11 famílias, onde 5 famílias adquiriu os benefícios sociais (aluguel social), 1 família necessitou de realocação e as 5 restantes não houve a necessidade de tais benefícios, atendendo os requisitos e orientações do Plano de Assistência Social.

#### 5.2.4 Indenização, Benefício Social e outros

Os itens descritos abaixo trazem as diretrizes gerais utilizadas para realização de indenizações para o caso de Negociação Direta, e concessão de um dos tipos de Benefício Social apontados a partir dos Estudos de Caso.

##### 5.2.4.1 Laudo de Avaliação

A definição dos valores que foram pagos pelas propriedades atingidas e a confecção dos Laudos de Avaliação de propriedades contemplaram o pleno atendimento da Norma Técnica ABNT 14653 e seus anexos, sendo: 14.653-1 – Procedimentos Gerais; 14.653-2 – Imóveis Urbanos; 14.653-3 – Imóveis Rurais; 14.653-4 – Empreendimentos; 14.653-5 – Máquinas, Equipamentos, Instalações e Bens Industriais; 14.653-6 – Recursos Naturais e Ambientais, e; 14.653-7 – Patrimônios Históricos.

##### 5.2.4.2 Negociação

Se a família apresentasse facilidade de compreensão do processo e condições cognitivas e emocionais, poderia escolher através da assinatura dos termos as seguintes opções:

**a) Individual:** O atingido teria sua negociação de forma individual, podendo participar familiares e profissionais que foram de escolha dos familiares; ou

**b) Coletiva:** A negociação seria feita em grupos de pessoas que optassem por esta modalidade, para garantir a continuidade das estruturas comunitárias; as redes sociais; os grupos de parentesco; a identidade cultural; autoridade tradicional e o potencial de assistência mútua.

Cabe observar, que todo o processo de negociação foi conduzido de maneira transparente, com o máximo de respeito a comunidade atingida, buscando evitar conflito, possibilitando que o atingido conseguisse recompor seu modo de vida, em áreas remanescentes do próprio imóvel ou em outros imóveis dentro da mesma região.

#### 5.2.4.3 Reassentamento e outros tipos de indenização

**a) Indenização em Dinheiro:** Consistia no pagamento de terras e benfeitorias atingidas, garantindo preço justo nas avaliações, para que as famílias envolvidas tivessem possibilidade de reproduzir as atividades de produção e moradia na área remanescente do próprio imóvel ou em outra área que poderiam adquirir, utilizando o valor da indenização;

**b) Carta de Crédito:** Consistia no benefício social concedido a família que apesar de não possuir terra, residisse e dependesse de áreas de terceiros como fonte de sobrevivência e que, com a implantação do empreendimento, perderam esta condição. O empreendedor, mediante critério técnico, auxiliou a família na busca e aquisição do novo imóvel, objetivando proporcionar a relocação mais adequada, dentro do perfil de cada família;

**c) Reassentamento Coletivo:** O empreendimento adquiria uma área para a realocação de grupos que optarem pela forma de negociação coletiva;

**d) Permuta de Área:** Esta modalidade de remanejamento consistia na troca de área, ou seja, o empreendimento podia utilizar o recurso correspondente à indenização para aquisição de outra área para relocação do proprietário, podendo ocorrer de 02 (duas) maneiras: em área remanescente da propriedade ou em novas áreas.

**e) Desapropriação:** Esta modalidade foi reservada apenas para os imóveis em que o empreendimento não conseguisse êxito negocial amigável ou para aqueles imóveis que exista dúvida documental sobre o domínio e/ou titularidade. Consistia na utilização da Declaração de Utilidade Pública - DUP, expedida pela Agência Nacional

de Energia Elétrica - ANEEL, onde seria ingressado com a competente Ação de Desapropriação, de acordo com os requisitos legais, inclusive efetuando-se o depósito prévio, em uma conta judicial em nome do expropriado, aplicando-se o valor correspondente ao Laudo de Avaliação correspondente.

#### 5.2.4.4 Análise das negociações

Do total de 67 propriedades que foram negociadas para a implantação do empreendimento, todos os proprietários optaram pela forma individual de negociação e a opção de indenização em dinheiro, com exceção de um proprietário com necessidade de realocação da família.

A família com necessidade de realocação se deu devido a vulnerabilidade social levantada pela equipe psicossocial do PAS por meio do Estudo de Caso, que sinalizou a falta de capacidade para gerir uma indenização em dinheiro. O mesmo estudo de caso orientou o empreendedor a construir duas casas para receber os dois irmãos, membros da família, e assim foi feito.

As outras 5 famílias também objeto de estudo de caso, cuja conclusão havia a necessidade de benefício social para garantia dos direitos sociais, eram inquilinos residentes e se beneficiaram de aluguel social periódico, por um período de 6 meses, para se restabelecerem e seguir adiante.

Vale ressaltar que todas as negociações foram realizadas de maneira amigável, não necessitando do âmbito jurídico para resolver situações de não acordos entre as partes, o que evidencia um bom trabalho realizado entre equipe psicossocial e equipe técnica fundiária.

#### 5.2.4.5 Acompanhamento pós negociação

O acompanhamento psicossocial foi realizado pela equipe técnica do Plano de Assistência Social quanto ao reestabelecimento da família e por um período de seis meses após a concessão do Benefício Social ao atingido. No entanto, dependendo do grau de vulnerabilidade da população e do modo de condução do processo de adaptação, este prazo poderia ser reduzido ou estendido.

O acompanhamento foi parte integrante do Plano de Assistência Social e fundamentava-se na observação, realização de reuniões, encontros comunitários e na realização de visitas domiciliares periódicas às famílias atingidas.

Essas ferramentas buscaram a efetiva percepção dos aspectos que deveriam balizar o entendimento sobre o reestabelecimento definitivo da família atingida. Para tanto, foram avaliados os seguintes aspectos: Nível de satisfação da família; Evolução das vulnerabilidades descritas nos estudos de caso; Evolução da renda, se comparada ao cadastro socioeconômico anterior ao empreendimento; Situação da agricultura familiar, se aplicável; Modo de vida na nova moradia e aderência ao modo de vida descrito na fase inicial de diagnóstico; Facilidade com emprego, escola e acesso à saúde; e Nível de adaptação da família às mudanças inevitáveis;

Assim, o nível de adaptação final de uma família, foi baseado nos aspectos psicológicos e sociais de cada indivíduo. Os resultados foram compilados em relatórios periódicos, com a análise dos dados e indicação de próximos passos ou finalização das tratativas e acompanhamento dos atingidos.

### 5.3 DEPOIMENTOS DE ATINGIDOS

Abaixo segue algumas transcrições de depoimentos de pessoas que tiveram suas propriedades adquiridas pelo empreendimento para implantação da PCH Boa Vista 2 e pessoas da comunidade em geral. Os trechos foram obtidos por meio dos relatórios analisados:

#### **Clea Evaristo Pereira – Moradora atingida**

*“No começo quando veio o pessoal da usina, nós ficamos preocupados. Daí depois ficamos mais tranquilo e apareceu um lugar bom e com o acerto da terra, mudamos de propriedade. Eles pagaram a gente direitinho, não teve problema nenhum e agora a gente tem uma casa boa.”*

#### **Afonso Henrique Caovila Gonçalves – Morador Atingido**

*“No início havia uma especulação de como vai ser e o que vai ser. Mas toda a nossa vida mudou com a chegada da hidrelétrica. Eu acredito que no futuro vai ser bem melhor ainda.”*

#### **Acácio Paulino Ribeiro – Morador Atingido**

*“Eu pensava que ia desapropriar e pagar o valor de escritura. Aí que veio o PAS que nos atendeu muito bem e acompanhou as nossas necessidades. A*

*negociação foi de forma transparente, de ruim passou a ser boa. Hoje eu não trocaria a minha nova propriedade por duas daquela antiga.”*

**Luíz José de Oliveira – Morador atingido**

*“Melhorou com a chegada do empreendimento, antes eu morava em um rancho ruim, agora estou em um rancho melhor.”*

**Vanusa de Oliveira Garcia – Moradora da ADA**

*“A primeira pessoa contratada da obra fui eu. Eu nunca tinha recebido um salário desse, de jeito nenhum, nem em sonho.”*

**Fernanda Lucinda Mendes – Moradora Atingida**

*“Meu dia a dia mudou muito, porque eu ajudava a equipe do PAS a fazer o café e a distribuir os panfletos. Para mim foi uma oportunidade para mostrar que uma pessoa com síndrome de down pode abrir mais portas para os jovens especiais.”*

**Rodrigo Olegário da Silva – Supervisor de Serviços Sociais da Prefeitura de Varginha/MG**

*“Com o Posto de Atendimento Social a comunidade teve a informação oficial do empreendimento. O empreendimento desde o início passou uma segurança e preocupação com olhar social o que trouxe uma tranquilidade muito grande para nós. Todos os ex-moradores dos ranchos estão felizes, não tem ninguém chateado, porque houve o respeito desde o começo.”*

**Daniela Barbosa Lúcio Alves – Professora Escola Municipal**

*“No início foi um medo muito grande, mas houve um cuidado tão grande com o ser humano. O PAS é aquela casa é igual a nossa casa aqui na comunidade, de receber com cafezinho, com sorriso e com um abraço. E as coisas foram se invertendo. Daqui para a frente, o homem do campo desta comunidade tem muito mais oportunidade, isso é crescimento pessoal, isso é muito importante.”*

Observa-se que no início das atividades do empreendimento, quando as informações começaram a circular, houve um receio da comunidade geral e atingida. Com as ações previstas no Plano de Assistência Social e executadas pela equipe psicossocial o clima geral de relacionamento entre as partes passou a melhorar, gerando confiança entre elas, culminando em um bom relacionamento e efetivação das negociações amigavelmente.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo pôde-se observar as estruturas componentes da metodologia utilizada na fase de execução de um Plano de Assistência Social para implantação de uma Pequena Central Hidrelétrica, o qual passou pela aprovação em todas as fases pelo Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, com emissão de pareceres periódicos positivos para comporem o processo de licenciamento ambiental do empreendimento (LP, LI e LO).

Vale ressaltar a importância e marco diferencial de legislação do Estado de Minas Gerais frente à forma de tratar os impactos sociais dos empreendimentos hidrelétricos, exigindo do empreendedor a elaboração e execução de Plano de Assistência Social, além do acompanhamento efetivo pelo CEAS.

Na composição da equipe técnica psicossocial do Posto de Atendimento Social foi importante que os profissionais tivessem experiências em lidar com comunidades, em projetos sociais, trabalhos de grupos e mediação de conflitos. Pontua-se ainda o bom trabalho em campo realizado em conjunto com a equipe técnica fundiária do empreendimento, resultando que todas as negociações fundiárias foram finalizadas de forma amigável.

Como ponto de melhoria pode-se citar que o Posto de Atendimento Social foi instalado um mês antes do início das obras do empreendimento, porém seria interessante esta atividade ter sido realizada pelo menos 3 meses antes das obras, podendo fazer com que houvesse uma ambientação entre a equipe psicossocial e comunidade. Do mesmo modo a equipe do PAS poderia preparar melhor a comunidade para a chegada do empreendimento, diminuindo possíveis ansiedades e levando informação correta aos envolvidos, principalmente no tocante às negociações e metodologia utilizada.

Contudo, de acordo com os resultados positivos percebidos na comunidade, em consequências das ações psicossociais propostas pela equipe do Posto de Atendimento Social ao longo da implantação do projeto do Plano de Assistência Social, pode-se enfatizar que as ações realizadas foram eficientes de modo a atender as exigências legais, no que tange aos impactos psicossociais advindos da implantação do empreendimento PCH Boa Vista 2.

## REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14.653**, de 2019. Avaliação de Imóveis Rurais. 48 p.

ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. 2. Ed. – Brasília: ANEEL 2005.

KUBLER, Elizabete R. **Sobre a morte e o morrer**. 9ª Edição, Ed. Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.812**, de 28 de abril de 1998. Assistência Social às populações de áreas inundadas por reservatórios. Belo Horizonte, 1998. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=12812&comp=&ano=1998>. Acesso em: 09 out. 2020.

OLIVEIRA FILHO, G. G. **Creas de Minas Gerais**. ENCONTRO NACIONAL DE FONACEAS, Cuiabá, 2010.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 318** - Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS - Processo de análise e os procedimentos relativos aos Planos de Assistência Social, para as populações de áreas inundadas por reservatórios – PAS/BARRAGEM. Belo Horizonte, 2010.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 498** - Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS - Plano de Assistência Social para a população de área inundada por reservatório PAS/BARRAGEM. Belo Horizonte, 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 557** - Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS - Plano de Assistência Social da Pequena Central Hidrelétrica PCH Boa Vista 2. Belo Horizonte, 2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 626** - Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS - Dispõe sobre a aprovação do Relatório Final de Implantação do Plano de Assistência Social – PAS. Belo Horizonte, 2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 659** - Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS - Dispõe sobre encerramento das atividades do Posto de Atendimento Social da PCH Boa Vista 2. Belo Horizonte, 2019.

ROGERS, C. **A Pessoa como Centro: Empatia, Aceitação Incondicional do outro e Congruência**; Ed. PU, 1977

VAINER, C. B. **O conceito de Atingido: uma revisão do debate**. In: ROTHMAN, F. D. Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa-MG: UFV, 2008.

## GLOSSÁRIO

### **Área Diretamente Atingida - ADA**

A ADA compreende as populações que serão impactadas em razão de benfeitorias em condição de domicílio afetadas pela necessidade de remoção.

### **Área do Entorno - AE**

AE do empreendimento, não caracterizam a necessidade de deslocamento físico, mas apenas a perda parcial de propriedade.

### **Atores Sociais**

Pessoas articuladas que manifestam envolvimento e interesses; sociais, econômicos, políticos e culturais.

### **Comunidades**

Grupo de pessoas que residem em uma área geográfica, que compartilham algo em comum, como: cultura, identidade, costumes podendo atuar coletivamente em prol de um objetivo.

### **Estudo de Impacto Ambiental - EIA**

Estudo técnico ambiental necessário para o licenciamento ambiental de atividades poluidoras. É um dos principais instrumentos utilizados para o planejamento ambiental, avaliação de impactos, delimitação de área de influência.

### **Impactos psicossociais**

Consequências de uma ação, choque que se produz efeitos, ato de impactar sobre as questões da sociedade e dos cidadãos no âmbito do psicológico dos envolvidos e não apenas na questão social.

### **Impactos sociais**

Consequências de uma ação, choque que se produz efeitos, ato de impactar sobre as questões da sociedade e dos cidadãos.

### **Laudo de Avaliação do imóvel**

Documento de avaliação de imóveis baseado na Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT 14653 - Avaliação de Bens.

### **Levantamento Socioeconômico**

São registros realizados para o levantamento dos nomes das famílias afetadas, para identificação de perfil social e econômico dos moradores do imóvel e situações de benfeitorias.

### **Líderes**

Pessoas influentes dentro de um contexto, que tenha como perfil incentivar e fortalecer vínculos entre pessoas e grupos.

### **Organizações Governamentais**

É um campo de gestão de políticas públicas que presta serviços para o governo.

**Organizações Não Governamentais**

São instituições sem fins lucrativos e econômicos, que trabalham na defesa de alguma causa, sendo aparados de complementação da rede socioassistencial.

**Plano Básico Ambiental - PBA**

Conjunto de programas socioambientais desenvolvidos durante a implantação e operação do empreendimento, com o objetivo de minimizar os impactos negativos decorrentes da atividade e maximizar os impactos positivos.

**Plano de Assistência Social**

Plano que descreve o conjunto de procedimentos e iniciativas para execução dos trabalhos de negociação, indenização, reassentamento e acompanhamento da população atingida.

**População Diretamente Atingida**

Moradores das áreas diretamente afetada com necessidade de remoção.

**População Indiretamente Atingida**

Moradores das áreas do entorno do empreendimento, sem necessidade de remoção.

**Psicossocial**

É o estudo técnico que envolve conjuntamente aspectos psicológicos e sociais.

**Reassentamento**

Ação de realocar em um novo local, um grupo de pessoas e/ou famílias que já estavam vivendo em um determinado lugar, deve-se prestar especial atenção para assegurar grupos vulneráveis, tais como: povo indígenas, minorias, étnicas, sem-terra e mulheres que sejam adequadamente representados nesses arranjos.